



**UNIVERSIDADE FEDERAL FRONTEIRA SUL – UFFS**  
**CAMPUS DE CHAPECÓ**  
**CURSO DE GEOGRAFIA**

**ANDERSON MATEUS GIACOMELLI**

**JUVENTUDE RURAL, PERMANÊNCIA NO CAMPO E A SUCESSÃO NA**  
**AGRICULTURA FAMILIAR: DIÁLOGOS E REFLEXÕES A PARTIR DA POLÍTICA**  
**NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL**

**CHAPECÓ**  
**2015**

**ANDERSON MATEUS GIACOMELLI**

**JUVENTUDE RURAL, PERMANÊNCIA NO CAMPO E A SUCESSÃO NA  
AGRICULTURA FAMILIAR: DIÁLOGOS E REFLEXÕES A PARTIR DA POLÍTICA  
NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL**

Trabalho de conclusão do curso de graduação  
apresentado como requisito para a obtenção de grau de  
Licenciatura em Geografia da Universidade Federal da  
Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Willian Simões

**Chapecó**

**2015**

**ANDERSON MATEUS GIACOMELLI**

**JUVENTUDE RURAL, PERMANÊNCIA NO CAMPO E A SUCESSÃO NA  
AGRICULTURA FAMILIAR: DIÁLOGOS E REFLEXÕES A PARTIR DA POLÍTICA  
NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Willan Simões

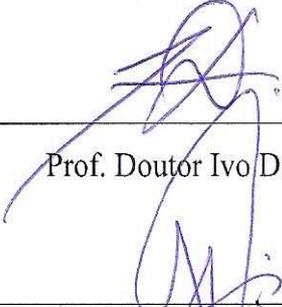
Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 10/12/2015

BANCA EXAMINADORA

---

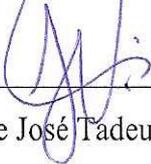
Prof. Doutor Willan Simões

---



Prof. Doutor Ivo Dickmann

---



Prof. Mestre José Tadeu Leal Peixoto

**DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação**

GIACOMELLI, Anderson Mateus

JUVENTUDE RURAL, PERMANÊNCIA NO CAMPO E A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR:: DIÁLOGOS E REFLEXÕES A PARTIR DA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL/ Anderson Mateus GIACOMELLI. -- 2015.

54 f.:il.

Orientador: Prof. Dr. Willian Simões.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Geografia, Chapecó, SC, 2015.

1. 1. JUVENTUDE RURAL, PERMANÊNCIA NO CAMPO E A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: REFLEXÕES A PARTIR DA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL. 2. 1.1 Juventude da agricultura familiar, O que é? Breves considerações. 3. 1.2 A Política Nacional de Habitação Rural (PNHR): características, possibilidades e limites. 4. 1.3 Juventude rural e Reforma Agrária . I. Simões, Prof. Dr. Willian, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades não apenas ao longo da vida universitária, mas em todos os outros momentos. Agradeço em especial a toda família e amigos pelo apoio incentivo e amor incondicional.

Ao meu professor Willian Simões, orientador desta pesquisa, pelas orientações e disponibilidades de horários, auxiliando nas dúvidas que surgiram no decorrer da temática proposta. Também agradeço às entidades da agricultura familiar, de modo especial, ao Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Chapecó e a COOPERHAF; aos jovens Marco Antonio Rolim de Moura e Elizandra Begnini pelas informações prestadas, favorecendo o diálogo prático sobre a permanência, sucessão e políticas habitacionais rurais. À Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), demais professores, direção, administração, por terem me proporcionado a oportunidade de concluir a graduação de Geografia. Aos colegas, pelos momentos de descontração, pelas conversas prazerosas que geraram vários conhecimentos.

Enfim, agradeço a todos que fazem parte da minha vida e, de alguma maneira, contribuíram e incentivaram-me para que as dificuldades fossem superadas e o objetivo desejado pudesse ser alcançado.

Fica aqui registrado o meu muito obrigado!

## RESUMO

O presente trabalho refere-se a um estudo sobre juventude rural, permanência no campo e sucessão familiar. Objetivamos refletir sobre os fatores que contribuem para a migração da juventude do campo para os centros urbanos. Nesse contexto procuramos articular diversos assuntos como: políticas públicas de habitação rural, agricultura familiar, programas sociais e a reforma agrária. Partimos do pressuposto de que é importante destacar que, para mantermos a juventude rural em suas propriedades, é necessário rever as atuais práticas das políticas públicas de habitação rural. Defenderemos o ponto de vista de que não é atrativo desenvolver novas opções ou reformar as habitações já disponíveis, mas sim dar as condições necessárias para que estes jovens rurais construam suas próprias casas a partir de seus interesses e condições sociais em suas pequenas propriedades. Para isso, corroboramos com a afirmativa de que o governo precisaria disponibilizar crédito a juros baixo ou fundo perdido, além da casa auxílio profissional até que o jovem beneficiário tenha condições de prosseguir com sua vida no campo. Entendemos que só as políticas de habitação não são suficientes para a permanência da juventude no campo, pois o jovem rural precisa também de assistência médica, educação e transporte de qualidade, ou seja, que o campo seja entendido como espaço de vida. Entendemos que outros itens são indispensáveis para os jovens urbanos e rurais, que na área rural é mais difícil de encontrar, a exemplo de alternativas para geração de renda, acesso às tecnologias de comunicação e ao lazer, que podem ser considerados principais motivadores para que a juventude se desloque para as áreas urbanas em busca de emprego e de renda. Sendo assim, realizamos um diálogo - diagnóstico com jovens rurais que acessaram as políticas de habitação rural, procurando saber e refletir sobre benefícios e dificuldades durante o processo burocrático até o resultado final. Salientamos ainda que os jovens rurais escolhidos são da região oeste de Santa Catarina.

Palavras chaves: Juventude Rural, Agricultura familiar, Habitação Rural

## **ABSTRACT**

This paper refers to a study on rural youth, stay in the countryside and family succession. The objective is to reflect on the factors that contribute to the field of migration of youth to urban centers. In this context we seek to articulate various subjects such as public policies for rural housing, family agriculture, social programs and agrarian reform. We assume that it is important to note that to keep rural youth in their properties is necessary to review the current practices of public policies on rural housing. We defend the view that it is not attractive to develop new options or reform housing available now, but give the necessary conditions for these rural youth build their own homes from their interests and social conditions in their small farms. For this, we corroborate with the statement that the government would need to make credit available at low or repayable interest, as well as Professional assistance home until the young beneficiary is able to continue his life in the field. We understand that only housing policies are not enough to stay in the youth field, as the rural youth also need medical assistance, education and quality of transport, so, the field to be understood as living space. We understand that other items are essential for urban and rural youth, which in rural areas is more difficult to find, like alternatives for income generation, access to communication technologies and leisure, which can be considered key drivers for the youth from moving to urban areas in search of employment and income. Therefore, we conducted a dialogue - diagnosis with youth rural who accessed the rural housing policies, seeking to know and reflect on benefits and difficulties during the bureaucratic process until the final result. We note also that the chosen are rural youth of the western region of Santa Catarina.

**Keywords:** Rural Youth, Family Farms, Rural Housing

## **LISTA DE ANEXOS**

Anexo 01: Assentamentos de trabalhadores (as) rurais – números oficiais.....	52
Anexo 02: Autorização Marco Antonio Rolim de Moura.....	53
Anexo 03: Autorização Elizandra Begnini.....	54

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Produção Leiteira propriedade Marco Antonio.....	37
Figura 02 – Produção Leiteira propriedade Marco Antonio.....	37
Figura 03 – Casa construída com recursos parciais do programa Minha Casa Minha Vida, propriedade Marco Antonio.....	39
Figura 04 - Produção Leiteira propriedade Elizandra.....	40
Figura 05 - Agroindústria de Codornas propriedade Elizandra.....	41
Figura 06 – Casa construída com recursos parciais do programa Minha Casa Minha Vida, propriedade Elizandra.....	42

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - População, residente, por situação de domicílio, Brasil 2010.....	16
Gráfico 02 - Famílias assentadas, por ano, de 1994-2014, pelo programa nacional de reforma agrária.....	29

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 01 - Razões para os jovens permanecerem no campo ou saírem.....	19
Quadro 02 - Requisitos para liberação de pagamento/medições.....	27
Quadro 03 - Dados habitacionais do Estado de Santa Catarina, a partir do acesso à PNHR.....	34
Quadro 04 - Dados habitacionais da Regional de Chapecó.....	35

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ART - Anotação de Responsabilidade Técnica  
CCFGTS - Conselho Curador do Fundo de garantia por tempo de serviço  
CEF - Caixa Econômica Federal  
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina  
COOPERHAF - Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares  
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CRESOL - Cooperativo de Crédito Rural com Interação solidária  
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF  
EO - Entidade Organizadora  
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão rural  
FDS - Crédito Solidário  
FGTS - Fundo de garantia por tempo de serviço  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
MST- Movimento dos Sem Terra  
OGU - Orçamento Geral da União  
ONG - Organizações Não Governamentais  
PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo  
PCB - Partido Comunista Brasileiro  
PLS - Planilha de Levantamento de serviço  
PNCF - Plano Nacional de Crédito Fundiário  
PNHR - Políticas Nacionais de Habitação Rural  
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSH - Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social  
SC – Santa Catarina  
SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro de poços de caldas e Região  
USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
1. JUVENTUDE RURAL, PERMANÊNCIA NO CAMPO E A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: REFLEXÕES A PARTIR DA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL...	15
1.1 Juventude da agricultura familiar, O que é? Breves considerações .....	15
1.2 A Política Nacional de Habitação Rural (PNHR): características, possibilidades e limites .....	20
1.3 Juventude rural e Reforma Agrária .....	28
2. CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO/NO OESTE DE SANTA CATARINA E O ACESSO À PNHR PELA JUVENTUDE RURAL: UMA APROXIMAÇÃO PARA COMPREENDER A REALIDADE DE CHAPECÓ-SC E REGIÃO .....	31
2.2 Elementos da realidade de jovens da Agricultura Familiar que acessaram a PNHR .....	36
2.3 A PNHR, juventude rural e o desenvolvimento da agricultura familiar no oeste de Santa Catarina: destacando pontos para fortalecer a discussão .....	43
Considerações finais.....	45
REFERÊNCIAS .....	48

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve início a partir das dificuldades e necessidades enfrentadas e visualizadas pelo idealizador na atuação de liderança no Sindicato da Agricultura Familiar de Chapecó e região. Para coleta de dados optou-se pela entrevista semi-estruturada, escolheu-se apenas dois jovens do gênero masculino e feminino, visto que a realidade destes é a mesma de muitos outros, não tendo a necessidade de mais pessoas. Caracteriza-se ainda como uma pesquisa descritiva e documental quanto aos seus objetivos. E para a técnica e análise de dados foi utilizada a interpretação de textos.

Tem como objetivo apresentar um estudo que envolve a juventude da agricultura familiar. Nesse sentido, vamos discutir como essa juventude se organiza, olhando para aspectos sociais a partir da comunidade e da sociedade na qual está inserida. Buscamos destacar fatores que contribuem para a migração de jovens do campo para área urbana, refletir sobre as atuais políticas de habitação rural, considerando um diálogo com dois jovens que acessaram a política de habitação rural. Pretendemos, também, contribuir para debater outras/novas estratégias que incentive esses jovens a permanecer no campo.

A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro vem ganhando relevância nos últimos 15 anos, estimulada pelo debate, por exemplo, de temáticas como desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local, o que tem contribuído segundo algumas pesquisas, de forma expressiva para a permanência do agricultor no campo (MATTEI, 2005). Sendo assim, neste trabalho vamos refletir sobre a agricultura familiar, observando e dialogando com a história, procurando debater o caminho que está sendo traçado a partir das escolhas que os jovens do campo tomam para permanecer ou migrar de seus territórios de vida.

Compreendemos que, para a juventude permanecer no campo, torna-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a essa categoria. Temos evidenciado que a maioria dos jovens migra para as cidades, sobretudo, em busca de novas oportunidades de trabalho, educação, moradia e acesso à tecnologia e à cultura.

Nesse sentido, esta proposta de estudo tem a pretensão de discutir acerca dos desafios a serem enfrentados por aqueles que querem dar continuidade nas unidades produtivas (a juventude da agricultura familiar), uma vez que a agricultura do futuro se

baseará na qualificação da produção, com pessoas integradas aos canais de consumo e com formação/conhecimento aplicado às atividades produtivas. Segundo alguns pensadores, o campo será um espaço da aplicação do conhecimento e muitas pessoas com formação superior atuarão no campo; espaço de produção, lazer, serviços integrados a circuitos de produção e consumo (ABRAMOVAY, 1998). Há uma tendência crescente em torno do que vem sendo denominado de pluriatividade, buscando espaço e agregando valores tanto econômicos quanto cultural.

Podemos dizer que houve conflitos no Brasil e no mundo pela terra, a exemplo da Guerra do Contestado que atingiu o sul do país, onde muitos jovens perderam a vida, juntamente com suas famílias. A grande questão foi e sempre será a luta de classes sociais e que, na atualidade, cada organização e governo tem seu papel na construção de políticas públicas que garantam acesso e permanência do jovem nestas políticas, visando a garantir as condições materiais de vida para que a juventude rural, almejando ou não sua permanência no campo.

Por fim, no primeiro capítulo, é feita uma breve consideração sobre a permanência do jovem rural no campo e sucessão familiar, através da busca de argumentos que demonstram as condições que vivem esses jovens no campo, os fatores que levam ao êxodo rural, além das políticas de habitação rural e programas sociais voltados a essa categoria. No segundo capítulo, foram expostas as características da agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina. Neste contexto ainda é possível informar, na parte prática, um diálogo com dois jovens que residem no campo e acessaram as políticas nacionais de habitação, as mudanças que obtiveram e o que, na opinião dos mesmos, é preciso para incentivar os jovens da agricultura familiar a permanecerem em suas residências.

# **1. JUVENTUDE RURAL, PERMANÊNCIA NO CAMPO E A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: REFLEXÕES A PARTIR DA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL**

No decorrer deste trabalho, serão expostos assuntos relevantes para a permanência dos jovens no campo, bem como reflexões sobre as atuais políticas nacionais de habitação rural (PNHR). Para melhor compreendermos as práticas dos jovens no cenário rural, buscamos identificar as características da agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina e também as formas de acesso dos jovens nas PNHR. Entendemos que é importante, na prática, investigar quais foram os benefícios ou prejuízos que os jovens do campo que acessaram a PNHR obtiveram para isso foram selecionados dois jovens para relatarmos suas experiências e, por fim, será feita uma reflexão com a finalidade de (re) pensarmos as políticas de desenvolvimento voltadas à juventude.

## **1.1 Juventude da agricultura familiar, O que é? Breves considerações**

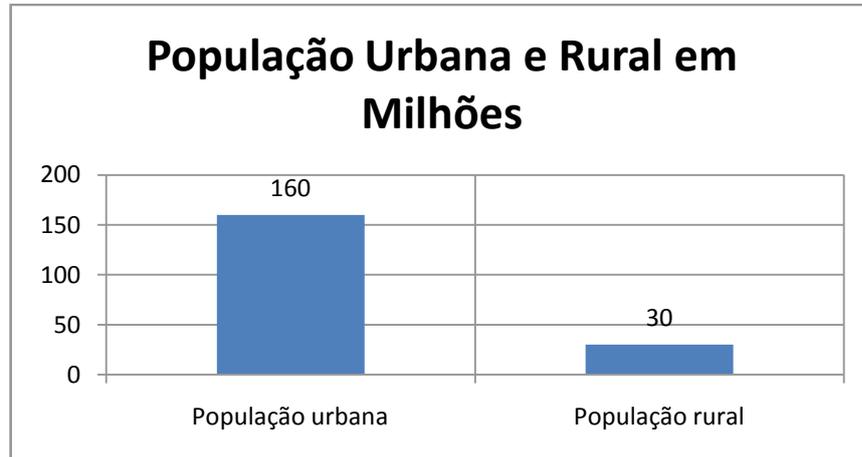
Entendemos que juventude da agricultura familiar é o jovem que conduz pequenas propriedades rurais, que trabalha e se organiza com sua família. Não tem significado específico, pois esta em constante transformação. É considerado jovem rural aquele que vive em lugares e comunidades em meio à natureza, sobrevive ainda de atividades da agricultura como criação de animais, produção leiteira, plantação entre outras. Estão localizados próximo das áreas urbanas, indústrias e comércios. De acordo com a constituição é considerado jovem pessoas que tem idade de 16 a 29 anos.

Desde 1940, podemos dizer que a juventude está deixando o meio rural, quase sempre para uma cidade mais próxima, fato que continua acontecendo até os dias de hoje. Há pesquisas que afirmam que, nos últimos 60 anos, houve um aumento considerável do número de pessoas que passaram a viver nas cidades brasileiras, diminuindo consideravelmente o número de habitantes no campo (CASTRO e LIMA, 2013).

De acordo com (IBGE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), em 2010 o número de habitantes no Brasil era de 190 milhões, sendo que 160 milhões da população moravam em área urbana, enquanto 30 milhões moravam em áreas rurais. Desse

total, aproximadamente, são 97 milhões de mulheres e 93 milhões de homens. O gráfico 01 demonstra como essas pessoas se distribuem em áreas urbanas e rurais.

**População, residente, por situação de domicílio, Brasil 2010**



Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010.

Na visão de Camarano e Abramovay (1999, p. 4), “no período de 1960 e 1980, o Brasil vivenciou um êxodo rural na sua história, de aproximadamente 27 milhões de pessoas”. Entendemos que, com a desestabilização da agricultura, a população passou a empobrecer no campo, resultando no processo migratório e induzindo agricultores a procurarem nos espaços urbanos, sobretudo, novas alternativas de renda, entre outros motivos que levaram ao êxodo rural. No entanto a pobreza sempre foi um limitador nos processos de oportunidades, pois, quem tem mais condições financeiras, sempre será mais favorecido, o que explica diversos fatores, além de o agricultor sempre visto como um “jeca”. Nessa perspectiva,

[...] essa situação afetou a reprodução das relações sociais camponesas, alterou a divisão de trabalho na unidade familiar e ocasionou a busca de mercado de trabalho urbano e o êxodo rural. Neste contexto, o jovem rural não via tantas perspectivas de continuidade na agricultura e o anseio de permanência e de continuidade mobilizava todos os membros da família, fazendo com que muitos jovens deserdados, se sentissem excluídos de sua condição rural (MOCELIN, 2009, p. 71).

Podemos identificar inúmeros fatores responsáveis pelo êxodo rural, com destaque para os impactos da modernização do campo e do modelo econômico brasileiro. Segundo

Wedig (2009), a utilização de semente geneticamente modificada, insumos modernos, tecnificação das lavouras e mecanização tornaram inviável a produtividade para os pequenos agricultores no Brasil, visto que não possuíam recursos para acompanhar esta mudança. Já Rauber (2009) atribui especificamente os fatores relacionados ao êxodo rural da juventude rural à carência de oportunidade de continuar estudando e ao trabalho árduo.

No mesmo sentido, Castro (2009) complementa que a falta de interesse da juventude na agricultura, os atrativos ilusórios da cidade grande, o acesso à tecnologia, ao trabalho, à diversão e maior independência entre outros benefícios do urbano pouco disponível no rural também estão associados à migração dos jovens para as grandes capitais. Isto leva os jovens rurais a encarar a agricultura de forma mais negativa do que positiva.

Especulamos que o exemplo do jovem que saiu do meio rural e que teve um maior retorno econômico faz com que os jovens que permanecem nas áreas rurais também tenham o desejo de conhecer ou buscar esse espaço, pois a maioria dos casos são colegas da mesma comunidade e, ao ver o amigo que foi para área urbana voltar com bens materiais, desperta o interesse pela mudança. Desta forma, por mais que o sistema seja ilusório, tem-se a opção de financiar a perder de vista (SILVESTRO, 2001).

Observamos ainda, nos espaços rurais, poucas formas de diversão. Na grande maioria das comunidades, não há mais grupos de jovens, pois, em conversas com pessoas mais antigas, há quem destaque que as comunidades tinham grupos e sempre havia vários times de futebol, por exemplo, e hoje os campos de futebol na sua grande maioria estão sendo usados como pastagem para o gado sem contar que grande parte não existe mais. Este já é um exemplo de que houve uma grande migração.

Podemos afirmar que, em consequência da migração da juventude para as áreas urbanas, surge outro problema: o da sucessão familiar. Em muitos casos, os pais acabam ficando sozinhos na propriedade e, quando acontece de um falecer, aquele que fica vai atrás dos filhos na área urbana e com isso se termina aquela propriedade agrícola, vende-se.

De acordo com Adachi (2006, p. 199), o processo de sucessão “estará associado a duas disposições de vontade: o sucedido deve ceder sua posição e o sucessor deve assumir o novo posto”. Sendo assim, podemos compreender que o caminho sucessório tem, pelo menos, duas alternativas: o interesse e a vontade dos sujeitos envolvidos. Compreendemos ainda que o sucedido da família também deva estar disposto a transferir as atividades para o sucessor. Segundo Adachi (2006, p. 204), “o sucessor ideal deve ser um indivíduo que contemple todas as habilidades necessárias para assumir um cargo importante”. Além disso, podemos destacar que a responsabilidade é outro fator determinante.

Esses cuidados que as famílias devem ter, pelos estudos já realizados, mostram que a “preferência pelo filho mais velho” ficar como sucessor; assim, é muito raro uma mulher fazer a sucessão nas propriedades rurais, até mesmo porque são as primeiras a sair do campo, uma vez que existe certo preconceito acerca da fragilidade da mulher em termos de força braçal (SILVESTRO, 2001, p. 66).

Nesse sentido, apontamos a necessidade de se ter cuidado no processo sucessório, pois conflitos familiares podem ocorrer, desde as formas de remuneração dos irmãos contemplados com a propriedade paterna até a questão do gênero que tende acompanhar esses processos. Segundo Silvestro (2001) a permanência da juventude no campo é um passo, e a sucessão outro ainda mais complexo. Partimos do pressuposto de que, para garantir que ocorra uma sucessão nas propriedades rurais da agricultura familiar, primeiro tem que ter um plano coerente para dar garantias de acesso a terra, comercialização e renda, além de inclusão social, acesso aos meios de comunicação, de cultura e de lazer.

Sendo assim, é possível afirmarmos que, independente dos motivos que levam a juventude ao êxodo rural ou a forma em que acontece a sucessão familiar, torna-se necessário levar em consideração que o agricultor familiar é responsável pelos alimentos que sustentam os lares urbanos, por isso a permanência da juventude no campo precisa ser debatida, bem como a criação de incentivos e benefícios para os jovens profissionais da agricultura.

Abromovay (1998) ressalta que a juventude rural é herdeira natural da profissão agricultor e que é necessário mais do que o aprendizado com a terra, ou seja, é extremamente importante aprender a gerir o patrimônio da família. Sendo assim, a continuidade da profissão de agricultor está ligada à sucessão familiar, cabendo aos filhos prosseguir com as atividades administrativas e sucessórias. Há, pelo menos, dois caminhos que podem ser visualizados para a sucessão: primeiro, por iniciativa dos pais, dando possibilidades de passo-a-passo construir com a família; segundo, a necessidade de políticas públicas e programas que dêem segurança para os jovens permanecerem no campo.

Percebemos ainda que muitos debates sobre a juventude estejam sendo promovidos. Na maioria dos casos, são discutidos assuntos relacionados à transformação da sociedade, valores, opiniões, política, direitos, deveres e principalmente questões que os afetam, como exemplo, redução da maioridade penal. De certa forma, a juventude vem sendo tratada como problema social e no campo, com as condições necessárias, os jovens estão bem mais ocupados e de certa forma protegidos.

No contexto atual alguns elementos demonstram a situação da juventude rural brasileira.

[...] Há menos mulheres que homens no campo; [...] Há menos jovens e idosos no Brasil; [...] Os jovens rurais vão à escola por menos tempo; [...] Os homens são os responsáveis pela maior parte das casas, no campo e na cidade; [...] As casas nas áreas rurais têm menos aparelhos domésticos; [...] As casas nas áreas rurais têm menos serviço de água e esgoto; [...] A agricultura é uma atividade importante para quem mora no campo; [...] Há mais homens do que mulheres trabalhando no campo; [...]O trabalho na agricultura dificulta a educação dos jovens; [...]Sem acesso a tecnologias meio de comunicação; (CASTRO E LIMA, 2013, p. 20,21,22).

Castro e Lima (2013) destacam ainda as principais razões para os jovens brasileiros tomarem a iniciativa de permanecerem no campo ou saírem. Vejamos no quadro 01.

### Quadro 01- Razões para os jovens permanecerem no campo ou saírem

Razões mais importantes para ficar ou deixar o campo	
Razões para ficar no campo	Razões para sair do campo
Ter terra para continuar na agricultura;	Maior chance de qualificação profissional fora do campo;
Segurança da vida no campo;	Pouca oportunidade de trabalho no campo;
Satisfação com o trabalho no campo;	Possibilidade de melhoria de qualidade de vida no lugar onde vai morar;
Satisfação com a vida do campo;	Possibilidade de ter outras atividades, além de trabalho, em outro lugar;
Facilidade para formar uma família no campo;	Ganhos no campo insuficientes para atendimento das suas necessidades;
Vontade de criar os filhos no campo;	Desejo de que os filhos tenham outra profissão, diferente da agricultura;
Qualidade da terra para a agricultura;	Dificuldades da vida no campo, de modo geral;
Facilidade da vida no campo;	Necessidade de deixar o campo para estudar mais;
Liberdade que tem para tomar as decisões que precisa tomar;	Falta de condições para conseguir renda da agricultura;
Dificuldades da vida em outro lugar;	Falta de serviços de internet, transporte e lazer de qualidade no campo;
Exemplo dos pais e sua satisfação por viver no campo;	Rigor (dureza) do trabalho no campo.
Falta de atratividade do trabalho na cidade;	
Disponibilidade, no campo, das condições que precisa para viver;	
Projeto para que os filhos trabalhem na agricultura;	
Disponibilidade, no campo, de alimentos e casa barata.	

Fonte: (CASTRO E LIMA, 2013, p. 25)

A família dos jovens tem papel fundamental sobre a intenção do jovem em ficar ou sair da terra. Algumas influenciam nas decisões, por pensar que o campo não oferece melhores oportunidades. No entanto, em alguns casos, os sentimentos e identificação com o local são fortes motivadores para muitos ainda permanecerem em suas unidades familiares. (CASTRO e LIMA 2013).

Percebemos que, para mudarmos os fatores estimulantes que levam os jovens do campo à área urbana, é preciso criar as condições adequadas à sobrevivência, sendo importante investir na melhoria das condições de vida desses jovens. O campo precisa ser entendido como sendo um espaço de vida, com esportes, lazer, internet, cultura, educação, acesso aos meios de comunicação, onde jovem do campo tenha todos os benefícios que um jovem da área urbana possui. Corroboramos com a compreensão, ainda, que a sociedade não trate com preconceito os jovens do campo, que estes se sintam motivados a desenvolverem suas atividades agrícolas, afinal o pequeno agricultor, de certa forma, é um dos responsáveis pela produção de alimentos que chegam até as grandes áreas urbanas.

## **1.2 A Política Nacional de Habitação Rural (PNHR): características, possibilidades e limites**

Compreendemos que, antes de argumentarmos a respeito das políticas nacionais de habitação rural (PNHR) no Brasil, é necessário conhecermos alguns aspectos geo-históricos que marcaram, e ainda marcam: a questão agrária e o avanço do agronegócio no país. De acordo com Delgado (2010, p.82), o debate sobre Reforma Agrária no Brasil se aprofundou na década de 60, tornando-se objeto de disputa entre o “Partido Comunista Brasileiro (PCB), a igreja católica, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) um grupo de economistas conservadores da Universidade de São Paulo (USP)”. Cada um desses grupos sustentava uma tese ou pensamento, no entanto destacam-se por ambos tratarem da questão agrária. Após o golpe de 1964, a opinião conservadora se torna hegemônica. Neste momento, destacamos que havia um embate entre Roberto Campos e Delfim Neto no caso do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG).

Em 1965-1982, houve um aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria, muito conhecida pela expressão “revolução verde. Nesse período não teve mudanças na estrutura agrária. Nos anos 80, com o fim do Regime Militar, surge o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a reorganização da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Comissão Pastoral da Terra, além de outras ONGs em apoio à Reforma Agrária. Devido ao endividamento e à crise econômica neste período, Delgado (2010, p. 90) destaca que a questão agrária passou por, pelo menos, três fases: 1) 1983/1993: primeira tentativa de resposta à crise do endividamento com recurso aos

saldos comerciais oriundos do setor primário; 2) 1994-1999: folga na liquidez internacional, liberalização externa e novo endividamento; 3) 2000/2003: relançamento da estratégia do saldo comercial externo a qualquer custo.

Os agricultores com condições econômicas mais vulneráveis tinham acesso restrito a serviços públicos até a década de 90 era focado apenas no setor agropecuário. Com a implantação da PNHR, entre outros programas sociais fortes, impactos foram registrados. Começa-se a criar novas políticas rurais (ROVER e MUNARINI, 2010).

Podemos afirmar que os avanços nas políticas sociais para territórios rurais se deram a partir da constituição de 1988 e da participação de movimentos sociais. A aposentadoria por tempo de serviço, invalidez, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o trabalho da mulher agricultora e o salário maternidade são importantes conquistas para os agricultores, além das políticas de habitação rural (DELGADO, 2010, p.99).

Para Delgado (2010, p.103), a situação latifundiária mantém sua desigualdade. Os caminhos para os quais se obtêm terra são: desapropriação, arrecadação de terra devoluta, compra direta e a utilização de crédito fundiário. No entanto esses fatores são dependentes da flutuação do mercado, consomem altos recursos fiscais e ainda valorizam os patrimônios fundiários.

No contexto atual, o problema da reforma agrária continua, as técnicas de modernização permanecem nas médias e grandes propriedades. A modernização técnica, sem reforma popular, ganha força política pelo fato de se compor com o modelo de ajustamento compelido da economia brasileira estabelecido nas restrições do setor externo. Viabiliza-se como direção combinada de política econômica, agrícola, e externo, se dê responsabilizando no campo ambiental e agravando o quadro da exclusão agrária. Essas precedências de desenvolvimento descuidam o trabalho assalariado não especializado e a massa de agricultores familiares não associados ao agronegócio.

Por outro lado, Delgado (2010, p.108) também destaca que a restrição macroeconômica impõe aos demais setores industriais e de serviços não comprometidos com a geração desse saldo comercial, a necessidade de restringir seu crescimento. Todas essas dificuldades configuram, atualmente, indicadores de elevados níveis de desemprego, ao mesmo tempo, o livre funcionamento dos mercados rurais e urbanos reproduz padrões desproteção social e insegurança alimentar, mais conhecido como pobreza. Mas essa carência de desemprego, inatividade das terras e insegurança alimentar podem ser revertidas mediante ações entre Estado e Sociedade.

Segundo Felício (2006, p. 18), a luta pela terra e pela reforma agrária pode ser entendida como a criação e recriação do camponês. Se não forem tomadas algumas providências, a tendência é que o campesinato desapareça, e a única alternativa de sobrevivência ao camponês incide na agricultura familiar, inserindo-o ao mercado de trabalho, racionalizando ao máximo sua produção.

Nesse mesmo sentido, Marques (2004, p.151) complementa:

A luta pela terra hoje existente no país representa, na maioria dos casos, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa. Mas as novidades desse momento histórico são muitas. Dentre elas, destacam-se: a grande abrangência da base social da categoria sem-terra, que envolve uma multiplicidade de sujeitos sociais, inclusive trabalhadores residentes nas cidades, e o significado aí contido de negação do processo de proletarização em curso, demonstrando que a possibilidade de recriação camponesa não se esgota com o processo de expropriação nem com a passagem desses sujeitos pela cidade. (MARQUES, 2004, p. 151).

A partir desse entendimento, é possível mencionarmos a importância, o lugar e o papel do jovem rural para a sociedade brasileira. Nesse sentido podemos assegurar que a questão agrária gera o conflito por terras, um confronto entre classes sociais que parece não ter fim, que é adiado com negociações. No entanto é alimentada dia a dia pelo desenvolvimento desigual do capitalismo que concentra a riqueza, enquanto a pobreza e a miséria se espalham (FELÍCIO, 2006).

Felício (2006, p. 20) discorre que a conflitualidade “ela se instala nas teorias, nos paradigmas, nos discursos promovendo verdadeira disputa intelectual confrontando diferentes compreensões e leituras, as quais indicam necessariamente alternativas distintas, às vezes opostas, outras antagônicas e nem sempre complementares”. Com relação ao futuro do campesinato, o referido autor argumenta que, para o Paradigma do Capitalismo Agrário, é inevitável o seu desaparecimento. Sendo assim, a única forma de sobrevivência do camponês seria transformá-lo em agricultor familiar. Seria o agricultor familiar o fim do campesinato? Ou seria o Agricultor Familiar uma re-existência do campesinato?

Abromovay (1992) defende a compreensão que sustenta a tese de extinção do camponês e o surgimento do agricultor familiar. Fundamenta esta afirmação com a ideia de que o agricultor familiar é um personagem diferente do tradicional camponês. Esse argumento tem lógica para essa nova sociedade que se reinventa com o passar dos anos. Nas últimas décadas, os conflitos fundiários no Brasil têm demonstrado novas características em relação

ao campo, devido à luta pela terra, pois, ao mesmo tempo em que se desapropria, abre possibilidades de retorno à terra (FELÍCIO, 2006).

Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Sem terra tem papel fundamental nas reflexões e ações dos últimos anos. Presente em vinte e dois estados, suas principais ações são: “ocupação, trabalho de base, acampamento, negociação política, organicidade, espacialização e territorialização” (FELÍCIO, 2006, p. 27). Compreendemos que a ocupação de terras não é o suficiente para amenizar os problemas das terras. É necessário o desenvolvimento de outras políticas que supram essa necessidade bem como a questão da habitação. Não adianta o agricultor possuir a terra e não ter uma casa digna para morar, além de atividades rurais que garantam o sustento da família. Sendo assim, na tentativa de facilitar o acesso do agricultor e incentivá-lo a permanecer no campo, algumas medidas, dentro das condições em que se encontra o país, foram desenvolvidas enquanto políticas públicas sociais. Neste trabalho, destacaremos a Política de Habitação Rural que dá certo suporte às necessidades dos pequenos agricultores.

O programa intitulado “Política Nacional de Habitação Rural (PNHR)” foi criado em 2003 no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, com três modalidades: a) Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH); b) Carta de Crédito com Operações Coletivas – Fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) e Conselho Curador do Fundo de garantia por tempo de serviço (CCFGTS); e c) Crédito Solidário (FDS) (ROVER, MUNARINI 2010).

Segundo Rover e Munarine (2010, p. 265), o programa foi desenvolvido devido:

[...] a necessidade de melhorar as condições de moradia, a perspectiva de continuar vivendo no espaço rural e o interesse em incentivar os filhos a permanecerem na agricultura são os principais pontos que levam 100% dos entrevistados a valorizar a política de habitação rural e a considerar que ela se torne permanente.

Entendemos que o objetivo fundamental dessa política é subsidiar a produção de unidades habitacionais aos agricultores familiares e aos trabalhadores rurais. Abrange todos os municípios nacionais, independentemente do número de habitantes, e usa recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU), que são concedidos diretamente às pessoas físicas, trabalhadores rurais ou agricultores familiares, organizados sob a forma coletiva, por uma Entidade Organizadora (EO). O valor das propostas/intervenções individuais é definido

pela Entidade Organizadora (EO) para análise e aprovação pela equipe técnica da Caixa. Além disso, o programa tem ações em parceria com o Programa Cisternas, que faz parte das ações voltadas ao combate da pobreza rural e que visa à construção de cisternas para captação e armazenamento de água de chuva nas propriedades rurais (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, [(2015)]).

O Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais – Programa Cisternas, financiado pelo MDS desde 2003 [...] tem como objetivo a promoção do acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME [(2015)]).

O PNHR é destinado a pessoas físicas, trabalhadores rurais e agricultores familiares, desde que com renda familiar bruta anual máxima de R\$ 15.000,00, considerado o valor total da renda abatida indicada na Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), e que comprovem seu enquadramento no PRONAF. Pescadores artesanais, extrativistas, silvícolas, agricultores, avicultores, piscicultores, ribeirinhos, comunidades quilombolas, povos indígenas e demais comunidades tradicionais também são beneficiários do programa (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, [(2015)]).

As modalidades que se enquadram no programa são: aquisição de Material de construção para construção, conclusão ou reforma/ampliação de Unidade Habitacional rural e de cisternas para a captação e armazenamento da água da chuva em localidades com irregularidade de chuvas e secas recorrentes (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, [(2015)]).

O trabalhador rural ou agricultor familiar deve procurar uma entidade organizadora para que esta constitua grupos de beneficiários interessados e então apresente as propostas à Caixa Econômica Federal. O beneficiário deve, para poder se candidatar ao programa, preencher alguns pré-requisitos. Para que seja apto ao programa, há limites de renda. Uma vez aceito no programa, o beneficiário deve oferecer uma contrapartida, que no caso corresponde a 4% incidente sobre o valor do subsídio concedido para a construção ou conclusão/reforma/ampliação da unidade habitacional. Para que a proposta ou projeto de intervenção sejam aceitos, há uma série de exigências a serem atendidas pela entidade organizadora. O limite máximo de investimento para qualquer tipo de unidade habitacional é de R\$ 68.840,00, e o valor final do imóvel de R\$ 65.000,00. O valor do repasse varia

conforme o tipo de programa (subsídio ou Programa Cisternas) e a região em que está (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, [(2015)]).

Após o processo burocrático, parte-se para a construção da casa e alguns cuidados são tomados, tais como: escolha do terreno, escolha do modelo da casa, forro, revestimento, interno e nas áreas molhadas, piso cerâmico, esquadrias, instalações, quadro de luz, hidráulica e sistema de esgoto. O fornecedor dos materiais também precisa ser de confiança, que trabalhe com materiais de qualidade, preços compatíveis com o mercado, além da entrega dentro do prazo estipulado. A localização da casa também precisa atender algumas especificações como: incidência solar, conferir o esquadro níveis, medidas constante no projeto são medidas acabadas (COOPERHAF 2015).

Em casos onde é realizada a reforma do imóvel, algumas etapas são seguidas como: avaliação do imóvel, confecção de Croqui da Casa Atual, Elaboração do Croqui e Lista de Prioridades, Obrigatoriedades do projeto, Multa Alteração de Projeto. Nesse processo é necessário um empenho maior por parte do Sindicato/CRESOL, pois são os responsáveis por passar a coerência entre as informações repassadas e a realidade vivenciada pelo beneficiário antes da Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (COOPERHAF) assumirem suas funções.

Depois que o projeto é encaminhado para o agente financiador, não tem mais alteração. Quando o coordenador municipal de habitação visita o beneficiário, é avaliada a viabilidade, a necessidade e a vida útil do imóvel. Para ser reformada, a casa necessita ter estrutura em bom estado, banheiro em alvenaria. O que prevalece na determinação ou intervenção é o bom senso. A reforma de porões só acontece em caso de armazenagem, ambiente que contemplem o pavimento superior. Não tendo nenhuma ligação com a casa, o porão é excluído. Depois da aprovação, é necessária a confecção de um croqui da casa atual, identificando as medidas e se as paredes são de madeiras ou alvenaria. Também é necessário tirar fotografias das partes internas da casa. Após esse procedimento, a COOPERHAF desenvolve o projeto e orçamento (COOPERHAF 2015).

As necessidades dos beneficiários são prioridade, no entanto algumas intervenções obrigatórias são feitas:

Quando a casa tiver instalação elétrica antiga ou irregular (fio paralelo), é obrigatório refazê-la; A reforma do telhado é essencial quando este apresenta problemas de goteiras ou quando for de telhas de fibrocimento 4mm e/ou telhas de zinco (muito fraca e suscetível a ventos, granizo e desconfortável acústica e termicamente); Quando a casa possuir paredes de madeira e a pintura das mesmas estiver comprometida (velha ou inexistente), é obrigatório que a casa seja pintada na reforma; Quando a cozinha for completamente reformada ou construída nova (ampliação), ela deve ser de piso cerâmico, com azulejo nas paredes até 1,50m, paredes de alvenaria e também será prevista caixa de gordura; Quando o banheiro da residência for reformado ou a ampliação tiver banheiro novo, este será em alvenaria, com piso cerâmico, azulejo até 1,50m em todas as paredes e será obrigatória a execução de fossa séptica e sumidouro nas casas que ainda não possuem este sistema de tratamento de esgoto. O banheiro também deverá ter dimensões mínimas a partir de 1,50m de largura e 3,10m comprimento, (quando for novo) ou quadrado de no mínimo de 2,40m x 2,05m; Lavanderia e varandas novas/ ampliadas também deverão ser em alvenaria, com piso cerâmico. Na lavanderia também é obrigatório azulejo até 1,50m: quando lavanderia for externa, colocar azulejo atrás do tanque e da máquina de lavar / quando a lavanderia for interna, colocar azulejo até 1,50m de altura em todas as paredes; Nas ampliações em geral, todos os ambientes deverão ser dados como concluídos, isto é, paredes rebocadas e pintadas, piso acabado (quando de alvenaria piso cerâmico colocado), forro em todos os ambientes novos, instalação elétrica conforme normas (COOPERHAF 2015, p. 24).

Outros critérios a serem observados são o custo do projeto, que não pode ultrapassar R\$ 65.000,00, e alterações são expressamente proibidas, podendo gerar multa se for descumprido. Posterior à parte burocrática, é feito o agendamento das assinaturas beneficiário, lojista, pedreiro, Sindicato/CRESOL agente financeiro e COOPERHAF. Neste dia são esclarecidas dúvidas e passada orientação à execução da obra. A partir da data de assinatura, o Sindicato/Cresol tem 10 dias para passar as notas fiscais e recibos iguais os passados pela COOPERHAF no projeto. Os pedreiros devem ter conta no agente financiador. O prazo de execução da obra é de quatro meses até a conclusão. O Sindicato/Cresol, a cada 30 dias, no máximo, precisa enviar fotografias do andamento da obra. Também deverá ser preenchida a PLS de acordo com os serviços prestados.<sup>1</sup>

Conforme exposto no quadro 02, os requisitos para liberação de pagamento/medições são feitos em oito parcelas, de acordo com a evolução da obra. Cada etapa de liberação de

---

<sup>1</sup>A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) é o instrumento através do qual o profissional registra as atividades técnicas solicitadas através de contratos (escritos ou verbais) para o qual o mesmo foi contratado [...] é um documento constituído por formulário padrão a ser preenchido através do sistema Creanet Profissional, cujo preenchimento é de responsabilidade do profissional devidamente habilitado com registro/visto no CREA-SC (CREA-SC, 2015). A PLS é uma ferramenta utilizada pelos Incorporadores, Construtores e Bancos, com a finalidade de realizar as medições dos serviços de forma periódica. Desta forma, essas empresas teriam exatamente (em cada período aferido) quais os serviços, materiais, atividades teriam sido executados, em relação aos custos apresentados nos Orçamentos, facilitando as liberações e controles de evoluções das obras (BANCO DO BRASIL, 2014, p.10).

recursos é realizada conforme a porcentagem de desenvolvimento especificado na ART e PLS.

**Quadro 02: Requisitos para liberação de pagamento/medições**

Parcela	Requisito Engenharia	Comprovação de % de Obra	Liberação na parcela	Liberação acumulada	Requisitos
1ª	ART	Notas Fiscais	15%	15%	Notas / Recibos / Autorizações / Caderno 01
2ª	PLS	Qualquer %	15%	30%	
3ª	PLS	30%	15%	45%	Caderno 02
4ª	PLS	45%	15%	60%	Caderno 03
5ª	PLS	60%	15%	75%	Caderno 04
6ª	PLS	75%	15%	90%	
7ª	PLS	85%	5%	95%	Dia na Propriedade
8ª	PLS	100%	5%	100%	Pesquisa pós-ocupação / Termo de Conclusão de Obra / Dec. de Origem da madeira ou DOF / Pedido de Demissão

Fonte: COOPERHAF (2015)

Enfatizamos que as cooperativas habitacionais também são uma opção para os agricultores se aliarem na busca por uma residência íntegra. Seu espaço de atuação é um pouco reservado, mas pode ser mais uma alternativa na busca por agilidade, qualidade e baixo custo.

O cooperativismo é uma forma de organizar fazendo com que as pessoas possam cooperar entre si. Na habitação rural como exemplo não seria possível alcançar resultados a não ser usando o cooperativismo, forma que nos faz fortes. E se tratando de agricultura familiar é fundamental para organização e (re) estruturação da mesma.

Nas cooperativas, existe a autogestão. Podemos dizer que a maioria das pessoas não teria sua casa sem a participação do cooperativismo. O objetivo é construir casas dignas e baratas para os trabalhadores a preço de custo. Também não se pode esperar apenas pelos governantes. Através das cooperativas, é possível chegar aos bancos com parte do processo encaminhado, ou seja, terreno e projeto de engenharia pronto. No Brasil ainda não existe uma referência de cooperativismo nacional. Existem limites e é importante dialogar com o governo e o programa minha casa minha vida para que tenhamos melhoras nesse programa. Uma divergência que as cooperativas enfrentam com a Caixa Econômica Federal é o preço, pois elas trabalham com o preço de custo enquanto os engenheiros da Caixa Econômica Federal o valor de mercado (DICKMANN, 2015).

Sendo assim é possível entender que o agricultor, além de necessitar da terra para sobreviver, precisa também de políticas habitacionais que lhes proporcionem qualidade de vida no campo. Para isso, seria importante que os programas sociais do governo fossem reestruturados a fim de facilitar o acesso dos beneficiários, bem como o próprio governo e entidades financeiras fizessem parcerias com cooperativas agrícolas e sindicatos rurais com a finalidade de atingir a maior parte da população rural e diminuir os custos e despesas especificamente dos pequenos agricultores.

### **1.3 Juventude rural e Reforma Agrária**

Segundo Macedo e Castro (2012), no Brasil os projetos e ações destinados à juventude ganharam maior visibilidade nos anos 90. No final do governo Fernando Henrique Cardoso que surgiram as primeiras políticas direcionadas à juventude. Contudo foi no mandato do ex-presidente Luiz Inácio da Lula da Silva que essas políticas passaram por um processo de reorientação e aumento de investimentos. O governo Lula ainda especificou que essas políticas públicas atenderiam a diversidade de grupos sociais, são eles: os agricultores familiares, assentados de reforma agrária, quilombolas, comunidades tradicionais, dentre outros. Houve apenas tentativas de organizar a questão da juventude pela linha do trabalho.

De acordo com Castro e Lima (2013, p. 32), desde 2005 está escrita no II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) quem pode participar da Reforma Agrária:

“O público do PNRA inclui, além dos beneficiários diretos da reforma agrária, os agricultores familiares, as comunidades rurais tradicionais, as populações ribeirinhas, os atingidos por barragens e outras grandes obras de infraestrutura, os ocupantes não índios das áreas indígenas, as mulheres trabalhadoras rurais e a juventude rural, e outras partes da população que habita os municípios rurais... que chega a cerca de 50 milhões de pessoas”.

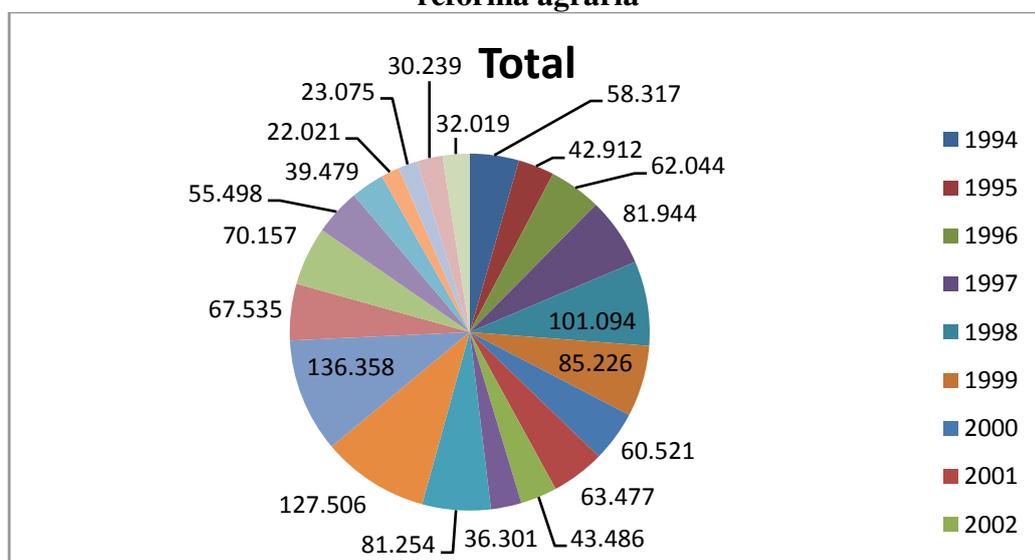
Pode-se verificar que a juventude rural está entre os beneficiários da reforma agrária. Em Castro e Lima (2013), encontramos a referência de que existem dois programas de distribuição de terras que estão direcionados ao jovem rural: um deles é o tradicional programa de reforma agrária, que desapropria terras que não são utilizadas e distribui entre os

jovens; o outro seleciona jovens candidatos a financiamento de longo prazo, destinado exclusivamente para compra de propriedades rurais.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é o responsável pela distribuição de terras do programa tradicional de reforma agrária. O INCRA consegue as terras para Reforma Agrária da seguinte forma: através da desapropriação de terras improdutivas, o uso de terras devolutas da União e a compra de terras de terceiros. Independente da forma, estas terras são repartidas entre os candidatos. Os principais requisitos da Reforma Agrária são para famílias maiores, menor renda, com maior tempo de residência e maior idade, entre outros. Em 2013, o INCRA formou novas regras: que 5% de terras nos assentamento sejam destinadas aos jovens de 18 a 29 anos sem considerar as regras gerais. E também, no caso de existir algum lote vago, o jovem rural seja o primeiro a conseguir a terra. O programa oferece ainda crédito de instalação para que eles tenham apoio inicial (CASTRO e LIMA 2013).

O gráfico 02 apresenta dados sobre a evolução dos assentamentos pelo programa nacional de reforma agrária. Observamos três picos de assentamento: o primeiro em 1998, com (101.094 famílias assentadas); o segundo em 2005, com (127.506 famílias assentadas); e o terceiro em 2006, com (136.358 famílias assentadas). Percebemos ainda que, em 2011, com (22.021 famílias assentadas), foi o ano que menos assentou famílias. Não é possível identificar a idade desses assentados.

**Gráfico 02 - Famílias assentadas, por ano de 1994-2014, pelo programa nacional de reforma agrária**



Fonte: INCRA (2015)

Outra forma de acesso à terra para a juventude rural é através do financiamento de propriedade rural incluído no programa nacional de crédito fundiário (PNCF). Nesse programa, o jovem conta com uma linha de crédito especial para ele. O requisito para contratação desse serviço é a experiência na agricultura. Há pouco tempo, houve mudanças nessas regras especificamente para jovens de 18 a 29 anos. A taxa de juro de financiamento é baixo, prazo de carência, assistência técnica por cinco anos (CASTRO e LIMA, 2013).

De acordo com Castro e Lima (2013, p38), “o Ministério de Desenvolvimento Agrário também oferece outras políticas que podem beneficiar o jovem rural. São elas: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a Política de Assistência Técnica para agricultura familiar”.

Sendo assim é possível afirmarmos que existem políticas voltadas ao incentivo da permanência da juventude no campo por parte do governo, no entanto ainda é necessária maior atenção, por parte dos nossos gestores, para averiguarem os motivos pelos quais esses programas não são tão atrativos para os jovens.

## **2. CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO/NO OESTE DE SANTA CATARINA E O ACESSO À PNHR PELA JUVENTUDE RURAL: UMA APROXIMAÇÃO PARA COMPREENDER A REALIDADE DE CHAPECÓ-SC E REGIÃO**

O problema da moradia no país exige além da participação política da sociedade brasileira, que o governo e entidades, setor privado, movimentos sociais e cooperativas abracem a causa junto com os necessitados. Desta forma, corroboramos com a compreensão de que “enfrentar o problema da moradia exige ações continuadas e permanentes, de médio e longo prazo, articulando diferentes níveis de administração pública e da sociedade civil” (INSTITUTO CIDADANIA 2000, p.19). Para compreender o papel da habitação para o agricultor familiar, sobretudo para a juventude da agricultura familiar, é preciso entender, também, como essa perspectiva societária se constitui ao longo de sua história mais contemporânea.

De acordo com Abromovay (1995) não existe um conceito específico para agricultura familiar, no entanto afirma que é aquela em que a gestão vem de laços sanguíneos ou de casamento. Podemos afirmar que a agricultura familiar, no Oeste Catarinense, começou a se estabelecer no início do século XX, com a chegada dos primeiros imigrantes, em sua maioria vindos do Rio Grande do Sul, que compraram seus lotes de terra na região. Tais propriedades eram caracterizadas como pequenas, onde a mão de obra familiar era empregada para a produção, com o objetivo inicial de subsistência. Apenas mais tarde, iniciou-se o processo de comercialização da produção, e a região começou a interagir com a comercialização do excedente dos produtos, culminando no desenvolvimento da região supracitada. Esse crescimento econômico regional está diretamente ligado ao grande potencial da agricultura familiar da região, pela diversidade agrícola e disponibilidade de recursos naturais (KONRAD; SILVA, 2012).

Segundo Badalotti (2007), no início dos anos 1980, a agricultura familiar da região passou por uma crise, provocada pelo processo de “modernização da agricultura”, onde o modelo de desenvolvimento econômico proposto pelo Estado trazia políticas e técnicas que definiam o que os agricultores deveriam desenvolver em suas propriedades. Essas políticas pretendiam direcionar os agricultores “atrasados” a se ‘modernizarem’, desvalorizando qualquer outra forma de produção que fugisse dos moldes da produção tida como moderna.

Os agricultores familiares, não conseguindo acompanhar esse processo, somada a falta de políticas públicas eficazes, dificuldades ao acesso de crédito e juros altos, fizeram

com que muitos agricultores sentissem a redução das margens de lucros e, com o elevado custo de produção e insumos, começassem a buscar novas alternativas para complementar a renda fora da agricultura, o que contribuiu para o crescente êxodo rural e regional (BADALOTTI, 2007).

De acordo com Silvestro (1995, p. 335), “a produção agrícola do oeste catarinense repousa basicamente sobre a exploração familiar, a qual a permanência desse segmento da agricultura é fundamental para o desenvolvimento equilibrado do meio agrícola regional”. No mesmo sentido, Silva (2001) caracteriza o trabalho familiar como base para a sua manutenção e da propriedade. Ao mesmo tempo em que são proprietários, assumem as atividades do estabelecimento.

Devido à grande quantidade de agricultores na região Oeste Catarinense, entendemos que a agricultura familiar precisa de um tratamento diferenciado do governo com relação às políticas públicas, em decorrência da compreensão de que essa representação do campo catarinense se constitui em um agente essencial ao desenvolvimento e à importância econômica.

Na visão de Abramovay (1998, p. 84):

A agricultura familiar [...] do oeste catarinense é economicamente competitiva [...], e responde adequadamente às políticas de apoio. A crise atual não é decorrente da forma de produção familiar, mas da falta de compreensão [...] do potencial dessa forma de produção, desde que convenientemente apoiada. O desafio que se coloca para a sociedade passa pela introdução de opções agrícolas e não-agrícolas, [...] necessitando também de arranjos institucionais comprometidos com o desenvolvimento regional.

Democratizar e descentralizar os programas sociais, inserindo a população que ainda não foi beneficiada, designar os programas a partir de cada realidade, considerando o contexto social, econômico e ambiental, seria uma das primeiras alternativas na busca pela igualdade social. Silva e Costa (1995, p.38) destacam que “democratizar o acesso ao crédito é indispensável para viabilizar um atendimento massivo às necessidades de habitação no país”. O mesmo autor também analisa que essa proposta orienta dois pressupostos principais: acesso à moradia, como direito de cidadania e a correção de injustiças históricas. O acesso à moradia digna é condição básica de cidadania, desta forma, deve receber a mesma atenção de outras áreas. Salienta ainda que deva ser tratada como prioridade nacional, garantindo recursos e mecanismos institucionais para a concretização deste direito.

Sordi (2006, p. 33) afirma que:

Atualmente existem três programas habitacionais que atendem a população rural do Oeste Catarinense: Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), Carta de Crédito – Operações Coletivas – FGTS (CCFGTS), e Crédito Solidário (FDS). Sob a ótica da realidade regional, a necessidade de investimentos públicos em habitação para a área rural é percebida quando se conhece a realidade local. Os programas habitacionais necessitam de contínuos subsídios que auxiliem os agricultores familiares a construir ou reformarem suas moradias.

O programa mais acessado na região Oeste Catarinense é Carta de Crédito – Operações Coletivas – FGTS, resolução 460. Implantado em 2004, possibilita recursos para a zona rural subsidiado com recursos do FGTS para compra de materiais de construção, ampliação ou casa nova. Os favorecidos devem se organizar em grupos, conforme localização territorial e faixa de renda, a fim de garantir o beneficiamento. Constatamos em Sordi (2006) que existem duas formas de aplicação para esses recursos: subsidiado ou financiado. No subsidiado, não há necessidade de devolução, são disponibilizados a fundo perdido. Já para o financiado, as taxas de juros são diferenciadas, facilitando o pagamento. Em ambos os casos, destinam-se exclusivamente para materiais de construção.

Segundo o referido pesquisador, a entidade não pública que atua no Brasil na área de habitação rural é a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares dos Três Estados do Sul – COOPERHAF com objetivo de planejar, reformar e construir moradias para agricultores familiares. Na região Oeste Catarinense, está concentrada sua maior atuação. Além disso, essa entidade tem como princípio a capacitação e formação dos agricultores, criando alternativas para a permanência destes no campo. Também é o principal agente operacionalizador da política de habitação rural, construindo projetos e buscando recursos junto ao governo.

Pesquisa realizada pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI) em 1999, já constatava que a agricultura familiar de Santa Catarina seguia um caminho de envelhecimento de sua população. Podemos dizer que muitas unidades familiares têm perspectiva de permanência da juventude no campo e da sucessão, um ponto que podemos observar é o tamanho das propriedades. Por se caracterizarem pequenas áreas, há dificuldade no manejo e sustentabilidade social (SILVESTRO 2001).

Dessa forma, compreendemos que ter acesso a políticas de habitação, pode ser considerado um passo importante para aqueles jovens que querem permanecer no campo. Veremos, no quadro a seguir (Quadro 03), que muito embora a PNHR não seja uma política

voltada especificamente para a juventude rural, ela foi acessada por jovens entre 16 e 29 anos, que corresponde a aproximadamente 23% do total de obras realizadas. Vejamos o quadro a seguir:

**Quadro 03 - Dados habitacionais do Estado de Santa Catarina, a partir do acesso à PNHR**

<b>DADOS HABITACIONAIS EM SANTA CATARINA</b>							
<b>UF</b>	<b>RENDA MÉDIA ANUAL DO ASSOCIADO</b>	<b>Construção Reforma</b>	<b>Total Obras</b>	<b>Casados</b>	<b>Jovens 16_29</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
SC	R\$ 7.790,05	CASA NOVA	1157	721	426	932	225
SC	R\$ 9.380,08	REFORMA	111	100	11	92	19
SC	R\$ 0,00	CASA NOVA	303	114	20	277	26
SC	R\$ 9.743,61	CASA NOVA	4608	3257	1207	3909	699
SC	R\$ 11.878,78	REFORMA	1526	1313	158	1313	213
<b>TOTAL</b>			<b>7705</b>	<b>5505</b>	<b>1822</b>	<b>6523</b>	<b>1182</b>

Fonte: COOPERHAF (2015)

Em relação ao total de obras realizadas no estado a partir do acesso à PNHR, Chapecó e região correspondem apenas 3,6%, dado que pode ser considerado bem simbólico. Desse total, conforme podemos observar no quadro a seguir (Quadro 4), a juventude entre 16 e 29 anos correspondem apenas 19,3% da obras realizadas. Vejamos o quadro a seguir:

### Quadro 04 - Dados habitacionais da Regional de Chapecó

DADOS HABITACIONAIS SINTRAF CHAPECÓ E REGIÃO							
CIDADE	RENDA MÉDIA ANUAL DO ASSOCIADO	CONSTRUÇÃO REFORMA	TOTAL OBRAS	CASADOS	FAMÍLIA 16_29	HOMENS	MULHERES
ARVOREDO	R\$ 4.171,13	CASA NOVA	20	15	2	19	1
ARVOREDO	R\$ 1.625,00	REFORMA	1	1	0	1	0
CHAPECO		CASA NOVA	15	9	2	13	2
CHAPECO	R\$ 8.798,91	CASA NOVA	71	49	17	64	7
CHAPECO	R\$ 12.077,10	REFORMA	34	31	4	33	1
CORDILHEIRA ALTA		CASA NOVA	2	2	0	2	0
CORDILHEIRA ALTA	R\$ 13.631,91	CASA NOVA	12	6	2	9	3
CORDILHEIRA ALTA	R\$ 9.010,42	REFORMA	14	13	0	12	2
GUATAMBU		CASA NOVA	8	6	3	7	1
GUATAMBU	R\$ 10.460,57	CASA NOVA	29	21	7	24	5
GUATAMBU	R\$ 10.114,50	REFORMA	2	2	0	2	0
NOVA ITABERABA		CASA NOVA	5	4	2	5	0
NOVA ITABERABA	R\$ 8.149,44	CASA NOVA	45	30	12	36	9
NOVA ITABERABA	R\$ 9.184,81	REFORMA	26	22	4	16	10
<b>TOTAL</b>			<b>284</b>	<b>211</b>	<b>55</b>	<b>243</b>	<b>41</b>

Fonte: SINTRAF (2015)

O fortalecimento e a expansão do modelo capitalista fizeram e fazem com que muitos jovens deixem o campo, primeiro porque o acesso à terra é limitado. Em algumas regiões até é possível comprar uma habitação por ser mais barato e, já na regional de Chapecó, é quase impossível com os valores disponibilizados no (PNCF)-Plano Nacional de Crédito Fundiário, e seu enquadramento. Outra questão são os altos valores das áreas de terras. Para observar e pensar assim, só é possível comprar em áreas de difícil acesso, excluindo mais uma vez a sociedade que necessita (SILVESTRO 2001).

Podemos até supor que os atuais empregadores sucessórios não vão conseguir atender a demanda por terras dos jovens que vivem nas unidades familiares do Oeste Catarinense e que desejam permanecer no meio rural, portanto corroboramos com a compreensão de que é necessário o estabelecimento de políticas fundiárias que conciliem a demanda dos jovens por terra com oferta das propriedades que não terão sucessores.

## **2.2 Elementos da realidade de jovens da Agricultura Familiar que acessaram a PNHR**

Para entendermos melhor a situação atual do jovem rural, foi realizada uma entrevista com dois jovens que residem no interior e acessaram as políticas habitacionais disponíveis pra essa categoria. A seguir, daremos continuidade, procurando dar ênfase ao que apreendemos no diálogo com os jovens.

O primeiro entrevistado se chama Marco Antonio Rolim de Moura, 21 anos, solteiro, nasceu em Nova Erechim-SC e mudou-se ainda pequeno para a comunidade de Linha Simonetto, área rural de Chapecó – SC, onde reside até hoje com os pais. Tem um irmão, mas não mora com a família e não gosta da agricultura. É acadêmico do curso de Administração da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS). Tem conhecimento e experiência suficiente para gerir a propriedade. Descendente de agricultores herdou a profissão do avô e do pai. A mãe é professora aposentada. Seus avôs são naturais do estado do Rio Grande do sul e vieram inicialmente para a Linha Bento em Cordilheira Alta – SC. Em seguida mudaram para a Linha Simoneto, Chapecó – SC, a fim de trabalhar numa serraria da comunidade.

O referido jovem destacou em nossa conversa que a maioria das pessoas residentes nessa comunidade, na época, veio para esse local em virtude da serraria Simonetto, fator este que motivou o nome da comunidade por volta dos anos de 1950. Daí em diante, os avôs adquiriram a propriedade 48 hectares de terras e passaram a exercer atividades na lavoura. Os avôs de Marco tinham oito filhos e o seu pai nasceu em 1961. Quando o avô faleceu, foi feito inventário dos bens da família, sendo que o pai de Marco ficou com sua parte e ainda conseguiu comprar a parte de mais alguns irmãos, totalizando 30 hectares. Sendo assim, a propriedade passou a ser administrada por Marco e seu pai, já sua mãe cuida das atividades domésticas. Outras atividades foram sendo desenvolvida na propriedade como avicultura, produção leiteira e um pouco de lavoura. Vejamos algumas fotos que retratam a produção leiteira na propriedade desse jovem:

**Figura 01 – Produção Leiteira propriedade Marco Antonio, 2015.**



**Fonte: Autor (2015)**

**Figura 02 – Produção Leiteira propriedade Marco Antonio**



**Fonte: Autor (2015)**

No entanto, a produção leiteira se destacou passando a ser a principal atividade, e os aviários passaram a ser utilizados para as necessidades leiteiras. A renda da família é proveniente da produção leiteira- aproximadamente 35.000 mil litros por mês. O objetivo ainda é dobrar esse valor. Destaca que essa atividade é sobre carregada e exige aproximadamente 12 horas de trabalhos diários, desenvolvida por Marco, seu pai e mais um funcionário. Ressalta ainda que o tempo para lazer é muito escasso. Do ponto de vista de

Marco, o lazer é ir ver a namorada e, lá de vez em quando, jogar futebol. Algum tempo atrás, participava de rodeios e andava de moto, mas, por enquanto, está focado só na produção leiteira, aguardando o negócio se estabilizar.

Marco afirma que hoje “pode-se viver muito bem na agricultura”, basta estar organizado. Até o momento nunca saiu da propriedade. Seu irmão, por parte de pai, reside na área urbana, trabalha como professor e tem a opinião que ser agricultor é humilhante. Dentro do possível, Marco participa da comunidade católica na Linha Simonetto, ajudando na organização de festas, quando necessário, porém são feitas escalas entre ele, seu pai e o funcionário, uma vez que alguém sempre precisa ficar para atender as vacas leiteiras.

Participa de jogos de futebol à noite, mas não é exclusivo da comunidade Simonetto, explica que é uma sede. A família tem uma renda extra, que é o salário de professora aposentada da mãe, porém esse valor só é utilizado em ocasiões especiais ou alguns investimentos. O pai é quem paga as despesas da casa com o que recebem pela venda do leite. Esse valor não é dividido entre Marco e seu pai. Tudo é feito em conjunto sempre que precisam fazer uma compra mais cara, pois ambos conversam e resolvem entre família. Marco comenta que participou do programa mais alimentos do governo, programa que tem juros subsidiados para adquirir máquinas e equipamentos pra produção leiteira e infraestrutura da propriedade.

Acessou também o programa habitacional Minha Casa Minha Vida do governo federal pelo sindicato da agricultura, participou de reuniões realizadas entre o sindicato e COOPERHAF, ganhou um subsídio para construir uma casa nova de 70 m<sup>2</sup> no valor de R\$ 28.500,00. Salienta que o valor recebido não foi suficiente para a construção e seu pai ajudou a custear as demais despesas, investindo do seu bolso aproximadamente mais R\$15.000,00. O valor não foi maior, porque entraram com mão de obra parcial e as madeiras utilizadas na construção. Apesar de tudo, sente-se feliz e alegre com a casa. Afirma que é importante ter conforto e dignidade. Depois de pronta, ficou satisfeito com o projeto e contente com a casa, que diz ser bonita e boa, além de suprir uma necessidade.

**Figura 03 – Casa construída com recursos parciais do programa Minha Casa Minha Vida, propriedade Marco Antonio**



Fonte: Autor (2015)

Ressalta que, quem vive e produz na agricultura, deve ser valorizado, e os projetos devem ser focados exclusivos para a agricultura. Ressaltou na conversa que os pré-requisitos precisam ser revistos, porque nem todos conseguem comprovar a renda para liberação do benefício. Sem esse subsídio não teria condições de ter construído a casa. Marco explica que as políticas habitacionais contribuíram para a sua permanência no campo, pois ali tem tudo que precisa e não há necessidade de se mudar pra área urbana. No entanto o jovem precisa de renda, educação, melhorar os programas de crédito fundiário, crédito para investimento, política pra aquisição de terra com juro diferenciado e os valores de subsídios maiores.

Na propriedade de Marco, há equipamentos agrícolas adquiridos no programa Mais Alimento, PRONAF e com recursos próprios. Marco pode ser visto como sendo o sucessor de seus pais e tem projetos para permanecer na agricultura. Esclarece que pretende se casar com uma estudante de fisioterapia e que a mesma pode trabalhar em sua área, mas precisa residir no campo. Quanto aos incentivos dos pais em permanecer ou sair do campo, diz que a mãe o incentivou a buscar outras oportunidades fora da agricultura, enquanto o pai não opinou em nada. Dessa forma, por opinião própria, decidiu ficar na agricultura.

Na propriedade de Marco há energia elétrica, meios de comunicação, água potável em abundância, fonte modelo caxambu, e parte da propriedade sistema de irrigação. Há fossa séptica. Transporte público não tem, apenas para estudantes, e, em caso de deslocamento, a

única possibilidade é de carro próprio. Quanto à alimentação, é possível tirar bastante da agricultura, mas às vezes precisa de industrializados, aproximadamente 30% do consumo tem na propriedade. Na questão da educação, explica que iniciou em uma universidade particular, mas que, quando abriu a UFFS, conseguiu transferência. Este é outro benefício por parte do governo o qual está oferecendo curso superior sem custos. Caso precisasse custear, daria um jeito. Em sua opinião, precisa melhorar a infraestrutura da propriedade e aumentar a produção leiteira. Não passa por sua cabeça se mudar para área urbana. Sua propriedade está localizada à 16 km da cidade. Para o futuro, pretende se formar na faculdade, organizar a propriedade para ter melhores condições de vida. Do ponto de vista de Marco, o número de pessoas irá diminuir no campo e aumentar a eficiência. As propriedades não estão produzindo sua total capacidade.

A segunda entrevistada se chama Elizandra Begnini, 21anos, solteira, nasceu em Chapecó – SC, na comunidade de Linha Cella, onde reside até hoje. Também é descendente de agricultores e tem o ensino médio completo. A propriedade é herança do pai. Residem nesse local cinco pessoas: os pais de Elizandra e dois irmãos, sendo que um ajuda nas funções da propriedade e outro trabalha como mecânico na cidade. Ela explica que não é responsável por nenhuma decisão na propriedade. Isto pertence aos homens da família, a ela cabe apenas executar as atividades. A renda da família é proveniente da produção leiteira e agroindústria de codornas.

**Figura 04 - Produção Leiteira propriedade Elizandra**



Fonte: Autor (2015)

**Figura 05 - Agroindústria de Codornas propriedade Elizandra**



Fonte: Autor (2015)

Percebemos que a agroindústria de ovos de codorna é um diferencial na propriedade e representa 25% da renda da família. Segundo informações de Elizandra, é uma atividade complementar e que não ocupa muito espaço na propriedade, sendo comercializados ovos em conservas e ovos *in natura*.

A renda proveniente dessas atividades é dividida. De acordo com Elizandra, a situação econômica da família é razoável e tem um retorno de R\$ 6.000,00 a R\$ 8.000,00 mensal. Elizandra participava de grupo de jovens na comunidade, mas, quando os irmãos pararam de frequentar, ela também não foi mais.

O único benefício que receberam do governo foi a casa nova pelo programa Minha Casa Minha Vida, recebendo um recurso de R\$ 28.500,00. Esse valor não foi o suficiente e teve que desembolsar mais R\$ 20.000,00 das economias da família. Ela conseguiu acessar o programa através do sindicato e COOPERHAF. Avalia o benefício da habitação como excelente, se não fosse este, não teria a casa nova. De acordo com Elizandra, as coisas precisam melhorar, porque, se não tiver auxílio, terá que buscar renda fora. Seria necessário, para continuar no campo, uma linha de crédito, financiamento para jovem. Só habitação não resolve o problema. No diálogo com a família, os pais incentivam em sair trabalhar fora, mas não vai porque não tem outra pessoa para auxiliar nas atividades. A propriedade tem 12 hectares. O lazer não é muito frequente. Próximo à comunidade, passa o transporte público. A

água da propriedade não é em abundância, mas há o suficiente para as necessidades. Possuem equipamentos agrícolas adquiridos através de recursos próprios e financiamento.

**Figura 06 – Casa construída com recursos parciais do programa Minha Casa Minha Vida, propriedade Elizandra**



Fonte: Autor (2015)

Elizandra nunca saiu da propriedade e pretende ficar. Vai sair só em caso de extremas dificuldades. Para o futuro, pretende permanecer na propriedade, possivelmente em parceria com o namorado. Na parte de decisões, Elizandra não participa. Entra apenas com o trabalho. Fica claro que o papel de sucessão não pertence a essa jovem. Se pudesse aperfeiçoar o conhecimento, gostaria de aprender mais sobre veterinária.

### **2.3 A PNHR, juventude rural e o desenvolvimento da agricultura familiar no oeste de Santa Catarina: destacando pontos para fortalecer a discussão**

Diante das diversas crises do setor agrícola, a intervenção do Estado cada vez mais é necessária. Na década de 70, foi fundamental a interferência do Estado mesmo atendendo uma pequena parcela de agricultores com assistência técnica e crédito agrícola subsidiado. Todavia, nos anos 80, muitos pequenos agricultores foram excluídos das políticas sociais. Programas iniciados na década anterior não tiveram continuidade, permanecendo apenas aqueles que beneficiariam os grandes proprietários.

Na década de 90, aconteceu a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), propondo um novo modelo agrícola nacional, diferenciando-se dos até então adotados. Podemos dizer que foi a partir daí que os agricultores do Oeste de Santa Catarina começaram a ser incluídos nos programas sociais. Assim, uma política específica é pressuposto de melhoria na economia regional. (SORDI, 2006).

Retratando o início da década de 90, Silva (1995, p. 45) ressalta:

As políticas sociais no contexto das prioridades governamentais caracterizam-se pela implementação de um conceito de eficiência, no qual os interesses econômicos prevalecem sobre os interesses sociais [...] por sua vez, a discriminação contra a agricultura familiar reduziu o nível de investimento, produzindo êxodo rural de enormes proporções. Esta discriminação realizou-se em diversos setores, inclusive nos investimentos em escolas, saúde, saneamento básico e habitação. Investiu-se excessivamente no meio urbano e quase nada no meio rural. Os poucos que se fizeram foram investimentos direcionados à produção [...].

Os movimentos sociais de pequenos agricultores e o próprio governo, sensibilizados com a pobreza, com as dificuldades e com a necessidade de aperfeiçoamento das políticas públicas na área rural, buscam novas alternativas, e a região Oeste Catarinense se insere nas primeiras localidades a usufruir da conquista habitacional rural. Surgem então propostas para aumentar a produtividade e os ganhos da propriedade. Linhas de crédito para o plantio, lavoura, compra de equipamentos, construção, infraestrutura para modernização do campo. Este passa a ser visto como local de vivências e relações cotidianas familiares e sociais (SORDI, 2006).

Segundo Sordi (2006, p. 31), considerando os primeiros anos do século XXI:

[...] já foram assinados, desde julho do ano passado, quatro mil contratos com agricultores familiares no estado de Santa Catarina, para reforma, construção e ampliação da casa própria. Desde 2003 já foram beneficiadas pela política habitacional do Governo Federal e CEF mais de 17 mil famílias das zonas rurais de todo o Brasil. No total foram aplicados mais de R\$ 140 milhões nestes contratos. A atuação é mais concentrada nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde existe um grande contingente da população instalado no campo, trabalhando com agricultura e pecuária familiar. O déficit habitacional 7 rural catarinense chega, segundo estudo realizado com indicadores do ano 2000 pela Fundação João Pinheiro (2005) a 24.133 moradias.

Compreendemos que esse novo contexto busca pensar e proporcionar melhores condições de vida a quem vive cotidianamente no meio rural, no entanto ainda há muito a se fazer, principalmente com relação à juventude. Historicamente a região Oeste é um importante polo de suínos, de agroindústrias e aves do país. Abromovay (1998) menciona que essa região é um dos grandes exemplos brasileiros do potencial demonstrado pela agricultura familiar na alavancagem do crescimento econômico regional.

Segundo Testa (2006), com uma área de aproximadamente 25 mil m<sup>2</sup>, a região Oeste Catarinense possui mais de 50% da produção agrícola do estado. O relevo é montanhoso, apenas 1/3 de área apta a culturas anuais. Estende-se da fronteira com a Argentina ao oeste, até Planalto Catarinense ao leste, ao sul pelo estado do Rio Grande do Sul e ao norte pelo estado do Paraná, ocupando 25% da superfície estadual.

No Brasil quase todas as regiões são afetadas pela falta de moradia, entre estas a região Oeste de Santa Catarina, sendo que as áreas rurais mais distantes dos centros urbanos são as mais prejudicadas. As dificuldades são: acesso à telefonia, transporte, habitação, água encanada, entre outros (ROVER e MUNARINI 2010).

Com o lançamento do programa Política Nacional de Habitação Rural (PNHR), foco das reflexões deste trabalho, tem-se alcançado resultados significativos, no entanto ainda existem fatores que limitam esse avanço. O PNHR passou a ser visto por lideranças rurais e agricultores como importante política social. Diversas famílias beneficiadas expressam a sua satisfação. Em consequência disto, fortalece-se o desejo de permanecer no campo além de aumentar as expectativas dos jovens na atividade. Este é também um impacto significativo para o Estado de Santa Catarina, pois as perspectivas dos filhos, em dar continuidade à profissão agricultor, têm sido reduzidas (ROVER e MUNARINI 2010).

Apesar dos avanços registrados, alguns limites ainda são encontrados, uma vez que muitas famílias que se inscreveram, na região Oeste, ainda não foram contempladas pelo programa acima mencionado. Isto acontece devido à falta de recurso do governo e dos agricultores para a contrapartida e, também, ao não enquadramento de alguns nas regras pré-estabelecidas. Medidas já foram tomadas a fim de solucionar essas restrições, porém a falta de recursos ainda é o principal limitador (ROVER e MUNARINI 2010).

### **Considerações finais**

A partir de tudo que foi exposto sobre a permanência da juventude no campo, é importante refletirmos sobre as atuais políticas de desenvolvimento voltadas para esta.

Entendemos que são necessárias algumas estratégias que garantam ao jovem da agricultura ter as mesmas condições de vida do jovem urbano. O jovem rural precisa de atenção desde o seu nascimento, durante a infância e pré-adolescência. É essencial que tenha assistência médica, água potável, casa, terras que garantam o sustento da família, meio de transporte, acesso à educação infantil, fundamental e ensino médio, além, é claro, de cursos técnicos profissionalizantes, cultura, esporte e lazer. Também é indispensável, durante a juventude, o direito garantido ao ensino superior, que possa ingressar numa universidade com os mesmos conhecimentos adquiridos pelo jovem urbano, para que conquiste a independência financeira sem se privar de outros benefícios; no entanto, para que isso ocorra, algumas providências devem ser tomadas no campo.

A construção de postos de saúde nas comunidades rurais com profissionais capacitados, remédios e equipamentos de trabalho moderno, que as famílias não precisem se deslocar aos centros urbanos em busca de recursos médicos.

O incentivo a preservação de fontes de água naturais, através de ações ambientais, construção de poços artesianos em localidades com baixo volume de água, programas de incentivo ao desenvolvimento de reservatórios, para coletar água da chuva, sendo que esta é útil na limpeza de máquinas agrícolas, calçadas, carros etc. Nesse caso o tratamento de esgoto é outro fator indispensável, pois precisa estar de acordo com a vigilância sanitária, bem como o destino correto de lixos orgânicos, recicláveis e tóxicos. Os pequenos agricultores devem ser orientados em como proceder e depois fiscalizados em casos de não cumprimento das normas.

As casas rurais também carecem de atenção, projetos bem elaborados, materiais de construção de ótima qualidade, acabamentos internos e externos com cerâmicas, energia elétrica, banheiros, água encanada, chuveiro elétrico, internet, telefone, TV a cabo, móveis modernos, enfim profissionais competentes que executem os serviços da mesma forma que nas áreas urbanas.

As terras devem ser produtivas, fornecer o alimento do dia a dia, dos animais da propriedade e do resto do ano. È delas que deve sair o sustento do agricultor e da família. Sabemos que são inúmeras as atividades disponíveis na agricultura: produção agrícola, animal, vegetal, entre outras. No entanto o importante é que essas funções sejam suficientes para as necessidades do pequeno agricultor. Os equipamentos agrícolas, maquinários são indispensáveis nesse setor. O agricultor também é merecedor de tecnologias que os ajudem a realizar suas atividades com maior agilidade e lhe proporcione tempo para outros afazeres benéficos.

O transporte é outro item imprescindível na agricultura, seja para o lazer, saúde, educação, transporte de mercadorias ou na realização de atividades. Compreende-se que o agricultor tem a precisão de se deslocar de um local para outro em tempo hábil e com segurança. Para isto, é necessário um meio de transporte público ou próprio e estradas excelentes.

A educação nas escolas rurais, da mesma forma que os centros urbanos, devem conter creches e escolas com estrutura, profissionais capacitados, material didático, internet, laboratório de informática, aulas extras pra alunos com dificuldades de aprendizados, enfim o ensino deve ser das séries iniciais até o ensino médio, além de transporte gratuito e seguro até as instituições. Cursos técnicos e profissionalizantes ainda podem ser inseridos nesse contexto, pois muitos destes podem ser aproveitados na agricultura além de capacitar o agricultor e seus familiares no desenvolvimento das atividades e diminuir custos, pois sabemos que o custo para um profissional se deslocar até uma propriedade, somado ao diagnóstico da situação, torna-se custoso, sendo que ele mesmo pode ter a capacidade de fazer.

A cultura, esporte e lazer são outros fatores imperiosos para a convivência em sociedade, necessita se espalhar entre os agricultores. Entendemos que as culturas precisam ser mantidas, além de costumes e valores, no entanto o ser humano precisa compartilhar isto e adquirir mais experiências dessa categoria, comunicar-se com pessoas, viajar conhecer outros lugares, falar uma língua diferente relacionar-se com outras culturas, frequentar ambientes harmoniosos, participar de eventos, enfim, tudo que permita que o agricultor não seja

discriminado ou excluído da sociedade por ter acesso restrito. A construção de ginásios de esportes, campos de futebol, jogos rurais e academias em comunidades também é uma forma de levar um pouco dos benefícios das áreas urbanas até os jovens e pequenos agricultores.

O jovem agricultor, sem dúvida, tem a capacidade e o conhecimento para obter um diploma de curso superior. Para isto têm que haver mais incentivos, universidades gratuitas, ou não, próximas de sua residência. Ele pode fazer qualquer faculdade, mesmo morando no campo, e também atuar na área, seja na propriedade ou fora dela, desde que não se percam suas raízes.

Com tudo isso exposto, é possível concluir que a situação atual desses jovens não é dessa forma. A grande maioria já nasce em famílias muito pobres, com dificuldades financeiras, privada de todas as necessidades básicas. O que se vê, na prática, são jovens rurais vivendo na miséria, trabalhando em condições desumanas, sem acesso às necessidades básicas. Tudo isso torna inviável a permanência no campo. Sabemos que há programas sociais voltados à população mais carente, programas de acesso a terra e à habitação, só que ainda não é o suficiente pra mudar a realidade. É extremamente necessários o desenvolvimento de políticas públicas designadas exclusivamente para solucionar esse problema. Diminuir a burocracia, facilitar o acesso aos programas sociais, minimizar os custos e despesas dos pequenos agricultores, enfim, não adianta dizer que há alternativas e estas não proporcionarem resultados.

Conclui-se que muito se avançou na agricultura familiar no ultimo período com políticas públicas, especificamente a habitação tem proporcionado uma melhoria na qualidade de vida das famílias rurais. É necessário e fundamental projetos de incentivos para os jovens permanecerem no campo. Observamos que no caso da Elizandra Begnini foi primordial o acesso á política, se não fosse á habitação a mesma já teria saído do campo. No caso do Marco Antonio Rolim de Moura não chega ao extremo, mas essencial para o investimento, independência e projeção futura, na constituição e sucessão de uma nova família. Pode-se ainda argumentar a importância do Sindicato da agricultura familiar de Chapecó e Região, FETRAF e a CUT responsáveis pela conquista das políticas públicas voltadas a agricultura.

Cabe ao poder público averiguar essa situação, pois sabemos que toda a sociedade será afetada caso todos os agricultores abandonem o campo. Estes mesmos serão ainda os mais prejudicados, pois, nas áreas urbanas, os problemas com a pobreza são ainda mais graves. No campo o agricultor, se não tiver condições de comprar alimentos, pode tirar da propriedade; enquanto que na área urbana muitos acabam partindo para o mundo do crime para se sustentar. O que queremos é um país igual para todos.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.L.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I.T.; FERRARI, D.; TESTA, V.M. **Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, R. **De Volta para o Futuro: mudanças recentes na agricultura familiar**. Anais do I Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da Embrapa. Petrolina: Embrapa, 1995.

BADALOTTI, R. M; et al. **Reprodução social da agricultura familiar e juventude rural no oeste catarinense**. Disponível em: <[http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/Rosana\\_Badalotti\\_et\\_alli.pdf](http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/Rosana_Badalotti_et_alli.pdf)>. Acesso em: Out. de 2015.

BANCO DO BRASIL. **Manual de preenchimento**. Crédito imobiliário – financiamento à produção pessoa jurídica. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/dilog/dwn/manualpreenchimento2.pdf>. Acesso em Nov. 2015.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **O que é o programa Nacional de Habitação Rural**. [(2015)]. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/programa-nacional-habitacao-rural/Paginas/default.aspx>. Acesso em Out. de 2015.

CAMARANO, A. A; ABROMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos**. Texto para discussão n.621. Rio de Janeiro: IPEA, 1999, 28 pag.

CASTRO, A. M. G. de; LIMA, S. M. V; SARMENTO, E. P. de M; VIEIRA, L. F. **Juventude rural, familiar e políticas de acesso a terra no Brasil**. Ministério de desenvolvimento agrário. Brasília 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/Disk%20Informatica/Downloads/Produto\\_6.pdf](file:///C:/Users/Disk%20Informatica/Downloads/Produto_6.pdf). Acesso em Out. de 2015.

CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair: Uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro PPGAS/MN/UFRJ, 2005.

COOPERHAF. **Manual de diretrizes do programa nacional de habitação rural PNHR – COOPERHAF/SC**. Julho de 2015. Disponível em [file:///C:/Users/Disk%20Informatica/Downloads/Manual%20PNHR\\_2015%20pdf%20\(1\)%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Disk%20Informatica/Downloads/Manual%20PNHR_2015%20pdf%20(1)%20(1).pdf). Acesso em: Out. de 2015.

CREA-SC, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina. **Anotação de Responsabilidade Técnica – ART**. Florianópolis –SC, 2015. Disponível em

<http://www.crea-sc.org.br/portal/index.php?cmd=guia-manuais-formularios-detalhe&id=26>. Acesso em Nov. de 2015.

DELGADO, Guilherme Costa. **Combatendo a desigualdade social: MST e a reforma agrária no Brasil/Miguel Carter (ORG)**; Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo. Editora UNESP 2010.

DICKMANN, Ivo. **Cooperativas Habitacionais. Construindo casas transformando vidas.** Ação cultural. Bento Gonçalves-RS. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Disk%20Informatica/Downloads/5%20ECHA.pdf>. Acesso em: Out. de 2015.

FELÍCIO, Munir Jorge. **A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos da agricultura familiar e de camponês.** Campo Território: Revista de Geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago 2006.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** Tradução de Otto E.W. Maas. Rio de Janeiro: Laemmert, 1986.

KONRAD, Joice, Clécio; SILVA, Azevedo Da. **Agricultura familiar no oeste catarinense: da colônia à integração.** Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1153\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1153_1.pdf). Acesso em: Out. de 2015.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.) **A agricultura familiar: uma realidade multiforme.** Tradução de Jehovanira C. de Souza. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América.** Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Tradução de Maria Beatriz Miranda Lima. São Paulo: Editora Debates, 1980.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamento de trabalhadores (as) rurais – números oficiais. 2015.** Disponível em: [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/familias\\_assentadas\\_serie\\_historica\\_incra\\_mar\\_2014.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/familias_assentadas_serie_historica_incra_mar_2014.pdf). Acesso em: Out. de 2015.

INSTITUTO CIDADANIA. **Moradia Digna: um sonho realizável.** Projeto Cidadania, São Paulo: 2000.

IBGE, Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. **Vamos conhecer o Brasil: nosso povo: Características da População.** 2015. Disponível em: <http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/caracteristicas-da-populacao.html>. Acesso em: Out. de 2015.

MACEDO E CASTRO, J. P. **A construção de políticas públicas para a juventude: novas modalidades de gestão de segmentos sociais.** REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2012, V. 55 Nº 2.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Lugar do modo de vida tradicional na modernidade.** In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.). O campo no século XXI. São Paulo: Casa Amarela, 2004. p. 145-158.

MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Disponível em: <[http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/pageflip-4204229-74145-lt\\_Impactos\\_do\\_Pronaf\\_An-2889335.pdf](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/pageflip-4204229-74145-lt_Impactos_do_Pronaf_An-2889335.pdf)>. Acesso em: Out. de 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa Cisternas**. [(2015)]. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/acesso-a-agua-1/programa-cisternas>. Acesso em Out. de 2015.

MOCELIN, D. G. **Movimentos sociais e movimentos sociais rurais**. In. Organização social e movimentos rurais. GEHLEN, I.; MOCELIN, D. G.; (ORG) Derad 006. Curso PLAGEDER, material didático, módulo 04. ed. UFRGS 2009.

MUNARINI, P. R. **A política de habitação rural brasileira e o desenvolvimento da agricultura familiar no oeste catarinense**. 2009. 71 p. Monografia (Curso de Agronomia) – Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Chapecó, 2009.

RAUBER, C.C.; BRITO, A. N. S; DENARDIN, I. T.; RAUBER, M. A. **O esvaziamento do pampa gaúcho: uma análise a partir do envelhecimento e da masculinização rural na APA do Ibirapuitã**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre 2009. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/13/991.pdf>. Acesso em: Out. de 2015.

ROVER, O. J.; MUNARINI P. R. **A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar**. Florianópolis 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Disk%20Informatica/Downloads/16562-51025-1-PB.pdf>. Acesso em: Out. de 2015.

SORDI, D. G. **Habitação Rural: O sentido da nova moradia para os agricultores da região Oeste de Santa Catarina**. Chapecó 2006. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/ea000121.pdf>. Acesso em Out. de 2015.

SILVA, Marcos RodriguesDa. **A FetraF-Sul / Cut e o Novo Sindicalismo**. Chapecó: FETRAFSUL/CUT, 2001.

SILVA, Carlos Eduardo da Costa. **Habitação Rural: uma proposta de racionalização pela autoconstrução**. Seropédica: Edur, 1995.

SILVESTRO, Milton Luiz. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar / Milton Luiz Silvestro et alii**, Florianópolis : Epagri; Brasília : Nead / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 120 p., 2001.

TESTA, Vilson Marcos. **O Desenvolvimento Sustentável do Oeste Catarinense: propostas para discussão**. et al. (Org.). Florianópolis: Epagri, 1996.

WEDIG, J. C. **Reflexões Socioculturais acerca do mundo rural**. Textos para discussões, Derad 008. Curso PLAGEDER, material didático, módulo 01. 2009. Disponível em: <https://moodle.ufrgs.br/login/index.php>. Acesso em: Out. de 2015.

## **ANEXOS**

## Anexo 01: Assentamentos de trabalhadores (as) rurais – números oficiais.

SR/UF	Execução Anual - famílias																			TOTAL GERAL		
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012		2013	2014
SR-01/PA	2.226	2.241	10.193	9.682	7.027	4.321	1.911	2.800	2.410	3.846	7.421	14.838	20.072	6.413	15.723	9.458	5.178	3.088	3.271	3.876	3.910	139.805
SR-02/CE	4.721	2.691	3.297	3.027	5.397	3.027	742	1.463	882	1.013	1.159	1.429	947	637	1.262	608	656	366	335	801	563	35.283
SR-03/PE	1.526	743	1.567	1.955	3.155	3.705	1.332	1.250	1.800	955	736	3.724	5.608	875	2.104	1.456	448	102	297	633	748	34.719
SR-04/GO	430	1.026	2.097	2.128	2.303	2.115	1.766	943	557	421	377	2.490	3.036	1.449	388	1.247	1.122	275	402	777	1.290	26.739
SR-05/BA	4.455	3.049	1.906	5.419	6.650	6.157	4.006	3.016	1.069	2.584	5.185	5.120	4.689	1.649	1.768	2.444	1.022	1.524	273	2.504	2.155	66.846
SR-06/MG	652	414	1.277	1.549	2.491	2.599	1.522	2.226	968	458	1.169	3.368	1.528	1.220	460	1.114	590	379	510	822	370	26.086
SR-07/RJ	880	341	499	922	49	591	370	340	414	330	161	657	338	217	166	219	365	113	92	313	524	7.801
SR-08/SP	1.130	603	1.086	658	1.452	3.138	625	1.073	655	606	726	2.007	1.018	1.693	1.397	1.559	1.235	401	486	941	856	23.245
SR-09/PR	2.434	1.374	294	2.389	2.961	6.458	2.388	2.100	984	317	2.720	1.937	921	879	660	275	1.105	637	668	738	320	32.559
SR-10/SC	1.307	386	673	596	246	873	258	500	166	322	389	402	280	222	257	195	235	190	79	173	353	8.061
SR-11/RB	1.286	419	1.040	1.205	927	1.967	745	1.826	891	399	529	648	868	616	885	765	619	391	467	342	430	17.277
SR-12/MA	1.460	7.181	7.720	9.172	9.778	10.203	8.261	7.397	8.276	4.866	11.473	16.437	13.080	8.997	7.654	6.290	4.864	2.342	2.677	2.702	3.350	154.200
SR-13/MT	10.859	9.098	7.083	10.214	9.222	8.494	8.226	10.013	6.131	3.130	10.216	10.286	7.971	9.830	5.307	771	617	695	859	3.289	2.847	135.169
SR-14/AC	871	1.259	2.497	2.675	2.780	1.178	1.773	2.121	741	1.314	4.201	4.026	4.595	2.270	1.535	1.259	1.019	1.228	796	414	1.204	99.706
SR-15/AM	1.028	2.089	3.278	2.616	2.500	1.271	1.556	1.519	559	1.404	3.172	5.169	9.931	4.332	7.139	5.556	3.997	1.329	1.500	1.206	1.688	62.939
SR-16/MS	3.947	290	1.635	2.564	2.381	660	2.142	1.976	2.412	380	3.512	6.031	2.627	4.956	2.399	3.019	1.449	814	90	357	442	44.063
SR-17/RO	9.405	2.721	2.973	1.342	4.176	3.711	2.809	2.517	2.263	2.150	2.053	1.741	1.007	1.037	1.393	723	649	217	1.003	1.193	802	48.885
SR-18/PB	655	1.202	2.145	1.155	1.926	1.950	1.682	1.614	565	435	1.748	1.375	700	557	559	430	477	620	513	474	376	21.160
SR-19/RN	1.314	1.246	1.558	2.410	2.755	2.429	1.885	2.312	589	1.026	2.481	1.901	1.016	1.226	903	1.031	794	226	403	562	736	28.803
SR-20/ES	427	50	406	175	765	673	185	238	381	272	403	508	376	181	293	265	105	182	78	110	73	6.166
SR-21/AP	115	103	665	1.092	2.434	1.021	619	530	548	493	1.221	1.960	2.066	1.502	1.357	501	708	306	439	921	1.236	19.839
SR-22/AL	582	640	900	1.568	1.113	737	989	359	292	246	828	1.300	306	2.071	1.999	1.977	422	162	279	149	166	17.085
SR-23/SE	928	399	606	454	914	857	1.173	463	688	63	521	1.400	456	168	639	1.404	368	300	214	400	576	12.981
SR-24/PI	1.052	1.200	1.573	1.939	2.554	1.926	3.388	2.237	1.673	1.399	2.266	4.892	6.054	2.114	2.279	1.413	1.206	675	1.028	468	591	42.056
SR-25/RR	1.613	506	3.005	2.509	2.512	1.498	81	1.896	1.145	1.356	2.835	1.432	1.829	1.657	924	1.020	943	619	460	520	512	28.872
SR-26/TO	1.763	1.552	2.071	754	5.829	2.598	2.370	3.322	2.299	1.573	1.786	3.112	2.505	2.242	2.596	2.018	1.367	1.166	1.055	880	1.004	43.862
SR-27/MS	306	-	-	11.375	14.590	9.587	5.421	5.161	2.373	3.868	9.095	6.195	6.866	3.571	3.361	2.941	3.116	1.186	2.071	1.639	1.757	96.459
SR-28/DF	5	-	-	-	2.027	1.483	1.809	1.616	807	506	757	1.071	519	2.236	3.141	2.527	1.017	614	824	821	651	22.431
SR-29/MSF	64	-	-	-	-	-	537	627	748	569	2.125	2.055	2.457	2.200	1.378	704	559	528	301	369	472	15.796
SR-30/STM	874	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.000	33.700	378	231	1.329	3.307	1.346	1.485	1.825	698	63.173
UA-ALT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.397
TOTAL	58.317	42.912	62.044	81.944	101.054	65.226	60.521	63.477	49.486	36.301	81.254	127.506	136.358	67.535	70.157	55.498	39.479	22.021	23.075	30.239	32.019	1.320.463

Fonte: DT/Gab-Monitoria - Siga Web 31/12/2014

SR-27/MS: Superintendência Regional do Sul do Pará - Sede em Marabá/PA

SR-28/DF: Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno - Sede em Brasília/DF

SR-29/MSF: Superintendência Regional do Médio São Francisco - Sede Petrolina/PE

SR-30/STM: Superintendência Regional de Santarém - PA

Anexo 02: Autorização Marco Antonio Rolim de Moura.

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

Eu, Marco Antonio Rolim de Moura, residente na Linha Simonetto/Chapecó-SC, profissão agricultor, autorizo a divulgação e a publicação sem restrição das informações disponibilizadas para a realização do trabalho “Juventude rural, permanência no campo e a sucessão na agricultura familiar: Reflexão a partir da política nacional de habitação rural” do acadêmico Anderson Mateus Giacomelli do curso de Geografia da Universidade Federal Fronteira SUL (UFFS).

  
\_\_\_\_\_  
Marco Antonio Rolim de Moura

Chapecó, Dezembro/2015

### Anexo 03: Autorização Elizandra Begnini

#### TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Eu, Elizandra Begnini, residente na Linha Colônia Cella/Chapecó-SC, profissão agricultor (a), autorizo a divulgação e publicação sem restrição das informações disponibilizadas para a realização do trabalho “Juventude rural, permanência no campo e a sucessão na agricultura familiar: Reflexão a partir da política nacional de habitação rural” do acadêmico Anderson Mateus Giacomelli do curso de Geografia da Universidade Federal Fronteira SUL (UFFS).



Elizandra Begnini

Chapecó, Dezembro/2015

---